

Resultado das urnas complica ajuste econômico

FÁBIO PAHIM JR.

A derrota dos candidatos do PRN ou apoiados pelo governo federal nos principais Estados poderá complicar a execução da política econômica. No mínimo, representam um obstáculo adicional na fase mais crítica da recessão. Há algumas razões para isso:

- os resultados antecipam o processo sucessório presidencial;
- no auge das dificuldades, é maior a necessidade de apoio à política econômica;
- o PMDB — vitorioso em São Paulo e Paraná — nunca foi um partido comprometido com a abertura da economia; bem ao contrário, sempre a combateu, e este é um elemento central da estratégia Collor.

A recessão deverá ser mais forte em 91. O próprio governo já admite isso, prevendo que o crescimento do PIB será nulo. Mas por que será pior, se o PIB deverá diminuir de 3% a 4% este ano? Será pior porque apesar da crise, no último bimestre do ano há sempre mais recursos na economia, originários do 13º salário, gratificações e até do maior consumo de poupança por ocasião do Natal. O tamanho do *abacaxi* deverá, portanto, ser melhor conhecido em janeiro. Num ano de crescimento zero, a renda per capita (a média por habitante) cai cerca de 2%, que é o equivalente à taxa de crescimento populacional. Mas como 5% a 6% já estarão perdidos em 90 (os 3 a 4% da recessão mais os 2% do avanço da população), serão 7% a 8%

no biênio 90/91. Com a percepção de grandes dificuldades, será a hora de os candidatos à Presidência semearem no campo oposicionista. Mais tarde, com o possível recuo da inflação, será o momento da recuperação do prestígio oficial — daí a premedidação de agir quando maior for o descontentamento com o governo. Afinal, adiar uma nítida linha oposicionista para depois poderia custar um espaço valioso.

O PMDB indicou Dilson Fumaro para a Fazenda e a partir daquela época iniciou-se uma política de desprezo pelo ajuste externo, indispensável à integração na economia mundial. A persistir na posição histórica, o PMDB de hoje poderá pretender exatamente que o Brasil de Collor insista na forma de tratar a dívida externa. Já se viu que essa é a parte fraca da estratégia oficial — haja vista o repúdio internacional às teses brasileiras, dificultando nossa integração com os países desenvolvidos, nos quais há uma sólida ligação entre interesses dos bancos e interesses dos investidores, do que o Japão é o melhor exemplo.

Para a União, há porém um trunfo: as dívidas dos Estados e municípios — aos quais são repassados recursos de impostos. O não pagamento de dívidas externas pode permitir ao Tesouro Nacional reter os recursos fiscais devidos (as chamadas *transferências*). Alguns Estados dependem crucialmente dessas transferências, especialmente no Norte e Nordeste.